

Conservar, reabilitando a história do edifício. A propósito das obras no claustro do antigo Colégio dos Jesuítas em Setúbal (Palácio Fryxell)

Preservation, with history

Francisco Silva Alves

Engenheiro Civil, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal, fsa@kqnet.pt

SUMÁRIO: O espaço urbano e as construções nele edificadas, registam de forma subtil o ambiente e muitos episódios das vivências neles havidas. Para conservar, para decidir, é pois importante que se conheça a história e, em particular, a história construtiva do edifício. Os incidentes, incêndios, tremores de terra, novos ocupantes, novos usos, acabam por ficar marcados. Propôr a reabilitação supõe, também propôr a reabilitação da história da construção. Com esta comunicação tentaremos animar o debate sobre estas questões, no contexto de uma intervenção efectuada no chamado Palacete Fryxell, em Setúbal.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitar, construção, história, tecnologias, ensinamentos

ABSTRACT: The urban space and the constructed buildings subtly reveal the environment and many episodes from the experiences that took place in them. In order to rehabilitate, and to make decisions, it is then important to know History and, in particular, the building story. The incidents, fires, earthquakes, new tenants, new uses, and so forth, take their toll. Therefore, to propose rehabilitation also involves the proposal for the rehabilitation of the construction's story. With this information, we will try to encourage the debate on these issues, within the context of the specific intervention in Palacete Fryxell, in Setúbal.

KEYWORDS: Building, construction, history, technologies, teachings

1. CONTEXTO E APRESENTAÇÃO SUCINTA DAS OBRAS

O hoje designado em Setúbal, Palacete Fryxell, fica situado no alto de S. Sebastião, sobranceiro ao porto e ao estuário do rio Sado. O edifício, construído ao pé da muralha medieval e junto à porta com o nome daquele santo, é herdeiro do antigo colégio dos Jesuítas, começado a construir em meados do século XVII.

O volume principal desenvolve-se através de um corpo central em dois pisos, ladeado por torreões quadrangulares, mais altos, numa tipologia de que se encontram outros exemplos em Lisboa: por exemplo em Belém, em face dos Jerónimos e na estrada marginal, em Paço d'Arcos.

Entre este volume central do edifício e a muralha, que lhe fica perpendicular, foi construído um outro corpo que cresceu sobre a abóboda de uma pequena capela, anexa por sua vez, a um claustro na parte posterior do volume central. Este novo corpo está completamente adoçado à muralha.

O edifício, a capela e os claustros anexos, foram comprados pelo estado em 1982, aos herdeiros da Família Fryxell, para aí ser instalado o Instituto Politécnico de Setúbal.

Ao longo destes últimos anos, o edifício foi objecto de diversas obras de adaptação interior, de modo a conferir alguma funcionalidade aos serviços mas, infelizmente, ainda não pôde ser alvo de um projecto de reabilitação.

Uma primeira tentativa, de que existe uma maquete datada de 1984, não teve sequência. Propunha de qualquer modo algumas soluções construtivas que suscitam, em nossa opinião, uma análise mais aprofundada e discussão.

Recentemente, a actual Direcção do Instituto, confrontada com uma absoluta exiguidade de espaços para desenvolver actividades de natureza diversa, decidiu avançar, a partir de disponibilidades financeiras próprias, para obras de conservação e de recuperação dos espaços ao nível do piso dos claustros.

Este espaços, Cave do Edifício, Capela, Sacristia, Claustros e Jardins Anexos estiveram durante alguns anos abandonados, tendo servido como arrecadação. A Capela não foi intervencionada.

É portanto este o contexto das obras.

2. A HISTÓRIA POSSÍVEL DO EDIFÍCIO, OS PRINCIPAIS MOMENTOS CONSTRUTIVOS E AS INTERROGAÇÕES

2.1 A história

No quadro (Anexo I) que se junta, procura apontar-se uma sucinta cronologia, para situar o edifício no seu contexto histórico.

Tentemos descrever as épocas construtivas do seguinte modo.

A **primitiva construção setecentista** terá sido utilizada a partir da segunda metade do século, e durante cerca de 80/90 anos, até ao terramoto de 1755, que a danificou bastante. Do conjunto fazia parte uma Igreja, a norte dos actuais claustros, que ruiu completamente.

Este foi o primeiro período de ocupação, que vai, portanto, de meados do século XVII, a meados do século XVIII.

Após o terramoto, entre 1755 e 1758, o Padre Malagrida, de origem italiana e então director do colégio, empreendeu a reconstrução do que, em conjunto com o que terá ficado de pé do anterior, chegou no essencial dessa época, até nós.

Como nota de relevo este padre viria a ser, em 1758, o último supliciado pelo Santo Ofício.

Em 1759 o colégio foi fechado e os padres que nele ainda residiam, foram conduzidos para Lisboa, sob prisão.

Entre 1758 e 1781 o edifício foi ocupado pelas Freiras Bernardas, por haverem ficado, em consequência do terramoto, sem o seu convento de Lisboa. Estas freiras terão realizado obras, não se sabe se no edifício, mas sobretudo em terreno que lhes foi doado em 1772, pelo Rei. Aí construíram o seu novo convento.

Este o segundo período de utilização do edifício, o **período Oitocentista**, um período onde se registam algumas obras, sobretudo de reconstrução. Parece que a capela, hoje existente, terá ficado danificada e não se sabe até que ponto teria sido reconstruída pelos padres Jesuítas ou pelas Freiras Bernardas.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o edifício, como tantos outros pertencentes ao clero, terá ficado, se é que o não estaria já, devoluto e propriedade do Estado.

Em 1860, oitenta anos depois da última ocupação conhecida, foi adquirido em conjunto com outros conventos em Setúbal, pelo comerciante de origem galega Francisco José Pereira (Pai), que aí terá instalado um armazém e fabrico de produtos de cortiça.

Um incêndio, seguramente de grandes proporções, a avaliar pelos estragos causados nas pedras de bordadura do jardim do claustro, terá terminado com essa utilização.

Deverão ser desta época, de resto, todas as construções com vãos ornamentados em tijolo maciço, marcadas FJP, ainda hoje existentes na cerca do antigo convento, e que continuam propriedade dos Fryxell. Esta zona, conserva usos industriais, estando ali a funcionar uma oficina, a Gráfica Papéis do Sado.

Em 1873, Francisco José Pereira (Júnior), após a morte de seu pai em 1869, terá terminado obras de adaptação a palacete burguês do que restaria do colégio, para aí residir.

De entre as obras deve salientar-se a recuperação da capela, que foi dedicada a S. Francisco Xavier, patrono dos religiosos da Companhia de Jesus e patrono da cidade de Setúbal. Foi benzida solenemente a 3 de Dezembro desse ano.

Presume-se, à parte pequenas obras de adaptação interior posteriores, que foi este o conjunto edificado que chegou até ao dia da sua compra pelo estado.

Sabe-se também que nestas **obras novecentistas** foram usados muitos materiais e elementos de construção provenientes de outros conventos, também comprados pelo senhor Francisco José Pereira (pai ?), tais como azulejos, portas, pórticos de vãos em pedra, etc. Esta situação contribuiu para dificultar o aclarar da história do edifício, como muito bem acentua um autor Setubalense, Alberto Pimentel, em 1877.

Finalmente o quarto período a destacar, **século XX**, envolve as obras empreendidas pelas diferentes direcções que passaram pelo Instituto Politécnico.

Foram sobretudo obras ditadas pela premente necessidade de obter mais espaço e de promover uma nova funcionalidade, no uso da compartimentação do palacete.

Como se acentuou não seguiram, tanto quanto é possível perceber, um projecto coerente e acabado de reabilitação, do que resultou algum improvisado. Esta necessidade, a elaboração de um projecto de reabilitação, continua portanto em aberto.

A intervenção nos Claustros que agora serve de base a este texto, desenvolvida entre Maio e Outubro de 2002, foi a primeira em que se procurou inverter o tipo de cultura de obras, um tanto imediatista, que vinha de traz.

2.2 As épocas construtivas

Resumidamente, podemos caracterizá-las:

Período Setecentista, 1655 -1755, as obras iniciais do edifício onde funcionou o colégio até ao terramoto.

Período Oitocentista, 1755 - 1781, o que terá restado das construções após o terramoto e as obras de reconstrução empreendidas pelo padre Malagrida e, depois disso, eventualmente, pelas Freiras Bernardas.

Período de desocupação, 178..-1860, decadência e degradação das construções. Em 1834 são extintas as ordens religiosas.

Período Novecentista, 1860 - 1982, compra do conjunto edificado por Francisco José Pereira (Pai) para utilização como espaço industrial, e promoção de algumas construções novas para esse fim.

Depois, em 1873, pela mão de Francisco José Pereira (Júnior), realização de obras de adaptação do antigo colégio a palacete burguês, para habitação, e recuperação da capela. Mantiveram-se, no restante espaço da cerca, as utilizações industriais.

Este período deixou-nos portanto uma dualidade: construções para uso industrial e para habitação burguesa.

Século XX, 1982 - 2002 , compra pelo estado, a herdeiros de Francisco José Pereira, Família Fryxell , da parte da cerca e das construções correspondentes ao antigo Colégio dos Jesuítas, para aí ser instalado o Instituto Politécnico de Setúbal. Realização de obras de adaptação interior dos espaços e de recuperação dos Claustros.

2.3 As interrogações

Durante a preparação das obras do claustro e também depois destas realizadas, com a abertura ao público de Setúbal deste espaço, foram sendo esclarecidas algumas questões. Outras interrogações permanecem.

Foi esclarecida, por exemplo, a existência de dois Francisco José Pereira, pai (1806 – 1869), Galego, natural de Tuy, casado em Portugal, e Francisco José Pereira filho (1838 – 1905), casado com uma senhora Inglesa. O primeiro terá comprado o edifício do colégio e demais construções para lhes dar um uso industrial. O segundo transformou e ocupou o edifício principal, para aí viver.

Por outro lado as sequelas de um violento incêndio, pedra enegrecida e partida, que estão patentes na bordadura do pátio do claustro, terão sido devidas a um fogo que lavrou em casca de cortiça que ali estaria armazenada. Terá sido entre 1860 e 1869.

Olhando para a fachada e consultando gravuras de Setúbal de 1816 e 1827, fica patente que ao corpo lateral do edifício foi, após essa data, acrescentado um novo piso, o terceiro, que se elevou para cima da muralha medieval. Este acréscimo desequilibrou a harmonia da fachada principal, desenvolvida em dois pisos.

A Muralha por seu lado terá sido também coberta, ao longo desse novo piso, ficando o arco de S. Sebastião com o aspecto que tem hoje. Terá sido obra de Francisco Pereira (Filho). Mas não se conhecem referências concretas.

Subsiste a dúvida sobre a época de construção inicial deste corpo lateral e da capela sobre o qual assenta. Os vãos que, na cave e no rés-do-chão, dão passagem ao corpo principal, foram executados em viés, atravessados. Por que razão? Será que este corpo terá sido construído posteriormente ao principal? Na zona nobre, primeiro andar, já não existe traço deste tipo de ligação.

Será que este corpo inicialmente constituído pela capela, ao nível da cave, mais os dois pisos correspondentes ao nível da fachada principal, terá sido ampliação empreendida pelos padres Jesuítas a partir do corpo principal, ligando-o à muralha ? O que se sabe é que já existia em 1816.

E o corpo principal, erigido em face do porto, com uma organização volumétrica que reproduz outras existentes na zona de Lisboa, em edifícios ligados a usos portuários, terá sido mesmo construído pelos Jesuítas, ou já existiria antes, com outros usos ?

3. CONTEXTO TÉCNICO, AS INTERVENÇÕES

O contexto configurou uma obra de conservação, procurando manter-se materiais e componentes em condições de funcionamento e substituindo-se outros. A principal fonte de problemas para a habitabilidade e uso dos espaços provinha de abundantes infiltrações, a partir do terraço superior dos calustros, e dos envidraçados, em muito mau estado, nos claustros.

Principais frentes de trabalho:

Impermeabilização do terraço superior do claustro, com levantamento e substituição da tijoleira tradicional, e colocação de telas impermeabilizantes.

A tijoleira tradicional não ficou em condições de ser reposta.

Procedeu-se também ao assentamento de tijoleira nova, capeando os topos dos muros, para evitar infiltrações.

Substituição dos envidraçados de madeira, nas arcadas dos claustros, por outros mais robustos, embora de desenho mais simples. Houve a preocupação de garantir amplas portadas basculantes, protegidas com rede mosquiteira, pois o ambiente nos claustros é muito húmido.

Criação de sanitários, uma vez que o espaço irá ter utilização pública. Este foi um dos maiores problemas a resolver, dada a falta de local apropriado e a inexistência de um sistema de esgoto. Acabou por se substituir um dispositivo de protecção à fundação da muralha medieval, no pátio anexo à capela, constituído por um muro de contenção e terreno natural, sobre o qual funcionava um pequeno pátio.

Os sanitários ocuparam esse volume, desempenhando o conjunto construído as mesmas funções estáticas e impermeabilizantes.

Introdução de um sistema de drenagem nos jardins, agora transformados em pátios.

Iluminação artificial de todos estes espaços, com luminárias adequadas aos novos e diversificados usos, culturais, pedagógicos e de lazer, constituindo-se zonas de exposições, de aulas e reuniões, e de convívio e bar.

4. EM COMO A HISTÓRIA DO EDIFÍCIO SE CRUZOU COM AS OBRAS

Embora as obras fossem assumidamente de manutenção e conservação do existente, houve diferentes tipos de situações que obrigaram a opções que extravasaram o ambiente meramente técnico. Vejamos quais.

Em primeiro lugar, a substituição de elementos construtivos deteriorados.

Estas substituições obrigavam a uma escolha de um duplo ponto de vista, técnico e estético.

Técnico, porque os novos elementos deveriam responder às exigências e especificações de qualidade actuais para a sua função; e estético, porque deveriam também, como elementos novos, jogar com os antigos elementos não substituídos.

Tal foi o caso da escolha das tijoleiras para os pavimentos, do material da caixilharia dos envidraçados, da substituição de portadas de madeira por reixas, entre outras situações.

Estas opções implicavam alguma informação histórica porque os novos elementos, pelo seu carácter, acentuariam um ou outro dos antigos ambientes construídos.

As opções neste caso, em ambiente de permanente troca de impressões entre a entidade promotora e os técnicos, foram no sentido de preservar e reforçar o ambiente setecentista, monástico e simples.

A caixilharia continuou a ser de madeira, tendo sido abandonados os vidros coloridos das obras novecentistas, as reixas deram maior visibilidade para o exterior e as novas tijoleiras foram escolhidas de modo a serem próximas dos ladrilhos tradicionais.

Em segundo lugar, a introdução de novas soluções construtivas.

Os pequenos jardins interiores, com pavimento em terra, não asseguravam uma drenagem conveniente das águas. Os novos usos impunham um tipo de acabamento diferente, mais impermeável, e por isso a drenagem tinha que ser resolvida.

Isso obrigou a conceber um sistema que se procurou simples, utilizando as pendentes dos pavimentos, que ficaram em calçada tradicional, e pequenas grelhas.

Todo o sistema ficou a drenar, por meio de uma caixa, para um troço do antigo esgoto setecentista, esgoto que deu algum trabalho a encontrar.

Este esgoto não estava à vista e as obras novecentistas, aparentemente, não tinham resolvido a situação de forma satisfatória.

A história cruzou-se aqui, de novo, com as obras.

Em terceiro lugar a conservação, ou não, de soluções construtivas oriundas de antigas intervenções, mas com carácter precário ou inacabado.

Este contexto foi o mais complexo de tratar. Quer nas obras novecentistas, quer nas obras mais recentes, existiam algumas intervenções com carácter marcadamente precário e inacabado.

Das mais antigas, existia na sacristia um lanço, cortado e inoperativo, de uma antiga escada de madeira de acesso interior ao edifício. Existia também, num vão de passagem do claustro para o jardim anexo à capela, exposta às intempéries, uma porta de madeira com almofadas pintadas e com vestígios de ter sido queimada. Porta, como muitos outros elementos, seguramente trazida de outro lado.

Após troca de impressões e avaliação da situação com a Direcção do Instituto, manteve-se na sacristia o lanço de escada, como memória, e a antiga porta foi encostada a uma parede, e musealizada. Este vão foi fechado com uma porta de vidro, permitindo manter uma visão entre os dois pátios interiores e a iluminação do claustro.

Das intervenções mais recentes, inacabadas, havia sido iniciado o rebaixamento do pavimento da cave do edifício e abertos dois vãos para o claustro. Havia também uma enorme escada metálica que garantia o acesso à cave, a partir do terraço superior.

Todas estas intervenções foram mantidas e acabadas. Um dos vãos ficou a funcionar como vão de sacada para o claustro e o outro, com três degraus, como zona de passagem.

Em quarto lugar a conservação, ou não, de elementos marcadamente pertencentes a um dos anteriores ambientes construtivos

Estavam neste caso uma fonte e um pequeno lago de tradição romântica, construídos em betão, a imitar folhagens e outros elementos vegetais, seguramente oriundos das obras novecentistas. Estavam bastante deteriorados.

A manutenção destes elementos implicava a reconstrução de todo o sistema de canalizações, que eram de chumbo, e o refazer em grande parte de bocados de betão desaparecidos. Por outro lado estes elementos chocavam fortemente com o ambiente monástico, setecentista, que se pretendia reforçar.

Foi portanto decidido, com a mesma metodologia de consulta à Direcção do Instituto, pela sua não manutenção.

Mas aqui, uma vez mais, foi a relação com a história que determinou as opções, e não o ambiente técnico.

5. QUE PODEREMOS RETIRAR COMO ENSINAMENTOS ?

As obras em edifícios antigos colocam problemáticas específicas, não podendo os diferentes intervenientes olhar para estes trabalhos, como se se tratasse apenas de obra nova.

Mesmo as situações mais simples, envolvendo trabalhos de manutenção e conservação, que podem à partida parecer colocar menos questões, extravasam a mera problemática técnica.

Como proceder, então, atentas as condições concretas que em geral se apresentam?

No ambiente dos donos de obra, que são os promotores e decisores nestes processos, como conseguir que aceitem os maiores custos que este tipo de obras acarreta, traduzidos em recolha prévia de dados históricos, em projectos ou descrições de trabalhos elaborados por equipas especializadas, em obras com prazos de execução mais longos?

Sobretudo quando sentem que esse maior investimento decorre de uma exigência cultural, de responsabilidade colectiva que, geralmente, não se traduz em nenhuma espécie de solidariedade concreta, em nenhum tipo de apoio por parte da comunidade.

Como conseguir que não coloquem em primeiro e único lugar as suas legítimas preocupações institucionais, a sua urgência em encontrar soluções para necessidades prementes de espaço ou de habitabilidade, ou o seu dever de uso criterioso dos fundos públicos pelos quais são responsáveis ?

No ambiente técnico, constituído pelos técnicos representantes do dono de obra, da fiscalização e do empreiteiro e que se deparam com a necessidade de opções que vão para lá do ambiente técnico, de que margem dispõem para colocar este tipo de questões em cima da mesa, sabendo que cada um estará pressionado pelas respectivas organizações, para que se ande rápido ?

O empreiteiro não pretende alterações ao que foi concursado, mesmo que inadequado, ou quer decisões rápidas do promotor sobre eventuais alterações. O representante do dono de obra vai confrontar-se com as expectativas de utilização dos espaços, e prazos sempre curtos. A fiscalização procurará salvaguardar o enquadramento legal, a qualidade e os custos, mas nada a obriga a pugnar por soluções mais adequadas do que as concursadas.

E, como vimos, muitas questões surgem como questões prementes a resolver, depois de começados os trabalhos.

Como podem os técnicos, no meio deste jogo de forças, pugnar pela qualidade e adequação das soluções ou, eventualmente, salvaguardar a sua responsabilidade, no que vier a ser decidido e executado ?

No ambiente administrativo, dos organismos que de algum modo superintendem sobre este tipo de intervenções, como devem proceder para motivar os promotores e ultrapassar as dificuldades e limitações financeiras com que estes, a maior parte das vezes, se confrontam?

Sobretudo como evitar, no relacionamento, o trilhar de uma cultura muito comum e cómoda, de proibição e exigências, sobre cujas consequências e custos em geral não ponderam? Como fazer, com que meios, e sobretudo com que metodologias, para

disponibilizar algum apoio, positivo e pedagógico, que os mantenha no acompanhamento prático do que vai por todo o lado acontecendo e, no concreto, se vai fazendo ?

Para evitar, no fundo, que os promotores se remetam a uma posição passiva, de “antes deixar cair, que recuperar”, tantas são as barreiras e obstáculos que, sentem, lhes são colocados ?

Que margem também para um franco e profissional relacionamento com os técnicos envolvidos nos processos de obra, sobretudo engenheiros, a maior parte das vezes carentes de apoios especializados, de modo a que possam tomar com maior segurança, decisões, nos contextos alargados a que se vêem coagidos, e que extravasam o seu tradicional ambiente técnico?

Para rematar com uma nota de confiança, seria desejável, que procurássemos difundir a história de casos bem sucedidos de obras onde, nestas três esferas, cada entidade tenha assumido de forma positiva e coordenada as suas responsabilidades, para que com essa difusão de boas práticas, possamos encorajar todos aqueles que se vêem confrontados com este tipo de trabalhos.

PALACETE FRYXELL (ANEXO I)

Tentativa de sistematização do Contexto Histórico e das Datas de Obras desde o início da construção do Colégio dos Jesuítas:

1249	Foral de Setúbal
1540	Entrada da Companhia de Jesus em Portugal, por Setúbal
1553	Abertura da porta de S. Sebastião, por determinação régia, para serventia dos arrabaldes de Palhais e Fontainhas
1655	A Companhia de Jesus funda uma nova casa Missionária e um Colégio, no Alto de S. Sebastião
1655-1740	Tempo de execução das obras (85 anos). A igreja era “regular, com capela mor de proporcionado espaço”
1703	Foi concedido, aos padres da Companhia, terreno para acrescentar o edifício, em direcção ao Alto de S. Sebastião
1716	Faziam-se obras no edifício do Colégio
1755	Terramoto, com destruição do corpo da igreja e de uma grande parte do edifício do colégio
1755-1758	Reedificação do colégio pelo padre Malagrida, Reitor
1759	Acabou o Colégio, sendo presos e conduzidos a Lisboa os padres que nele existiam. As Freiras Bernardas tomam posse do edifício.
1772	Carta de Doação às Religiosas , de um terreno baldio, com 280x250 palmos
1781	As Freiras ainda ocupam o edifício
1816/1827	Gravuras com perspectiva da vila de Setúbal, tomadas da casa do Trapiche no sítio de Tróia, por Teotónio Banha
1860	Aquisição do edifício do Colégio (e restante cerca) por Francisco José Pereira (Pai).
1869	Falecimento de Francisco José Pereira (Pai)

- 1873 Ano de conclusão das obras de adaptação do edifício a palacete burguês, por Francisco José Pereira (Filho).
- 1982 Aquisição do Palacete à Família Fryxell (descendentes de Francisco José Pereira), para instalação do IPS
- 1983-1998 Diversas obras de adaptação interior do edifício às novas funções
- 1999-2000 Obras de conservação e reparação nas fachadas. Obras de conservação e reparação no r/c do edifício (corpo lateral)
- 2002 Obras de conservação e recuperação dos Claustros